

SIA URB MOU R 5

BRASIL COOPERIO
RS
= 0 2 5
25.6.99
R-LEOPOLDINA
R-60-RJ

SE LIGA NO Sinal

Informativo do CEPEL
Centro de Estudos e Pesquisas
da Leopoldina
Ano 7/ Número 39- Abr/Mai/Jun 99

Boas razões para não pagar a Dívida Externa 3



Orçamento Participativo: chegou a hora da Leopoldina 4/5

V Conferência Distrital de Saúde da AP3.1 participação para criar novas propostas 7

SISTEMA DE
INFORMAÇÃO
A NÍVEL LOCAL

JORNAL TRIMESTRAL
PUBLICADO PELO
CEPEL- CENTRO DE
ESTUDOS E PESQUISAS
DA LEOPOLDINA,
ENTIDADE SEM FINS
LUCRATIVOS PARA
ASSESSORIA AOS
MOVIMENTOS DA
REGIÃO DA LEOPOLDINA

COMISSÃO EDITORIAL

Cristina M. (Kitta) Eitler
Homero T. de Carvalho
Marize Bastos da Cunha
Victor Vicent Valla
Maria (Kena) Eugenia
U.Silva

**COLABORARAM NESTA
EDIÇÃO**

Billy Garcia
Denise Oliveira
Mariza Nascimento

APOIO ADMINISTRATIVO

Maria de Fátima

**JORNALISTA
RESPONSÁVEL**

Homero T. de Carvalho
(mtb 1127/05/65v-PR)

**COORDENAÇÃO DE
PRODUÇÃO**

Kitta Eitler

PROJETO GRÁFICO

Caco Chagas
Kita Eitler

**EDITORIAÇÃO
E ELETRÔNICA**

Zona Criativa (205 3220)

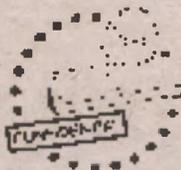
CAPA

Kitta Eitler

APOIO

KFS
Juventude Católica
Austriaca
FASE
ENSP/FIOCRUZ

O CEPEL autoriza
reprodução total ou parcial
dos artigos deste jornal,
bem como sua utilização
para fins educativos.
Solicitamos citação da
fonte e envio de cópias em
caso de publicação



EDITORIAL

Crise econômica e crise política: da arrogância à bola-murcha

Refém dos seus próprios aliados, FHC começa o segundo mandato com cara de fim de governo.

Sorte nossa, mas não muito.

Para o dia-a-dia da maioria dos brasileiros, até o momento, a política econômica do governo FHC tem provocado uma sensação de insegurança, causada pela ameaça de perder o emprego ou, para quem está desempregado, pela difícil sobrevivência num mercado informal já saturado por muita gente em poucas alternativas de trabalho, como as vans e as bancas de camelôs. Nos setores em que a população depende da aplicação direta de políticas e recursos governamentais, como saúde, educação e previdência, essa mesma sensação se desdobra em desamparo e abandono.

Lá se vão seis meses do segundo mandato e a cada dia também generaliza-se a sensação de que FHC não está conseguindo manter aquele mesmo ar imperial do primeiro mandato. Nos últimos quatro anos, ele e seu esquema inviabilizaram os serviços públicos e entregaram boa parte do patrimônio público para mãos particulares. No primeiro caso, empurraram a população para o mercado, apresentando-o como sendo capaz de prover saúde e educação, mas sem dizer que poucos poderiam pagar por estes serviços; e, no segundo caso, privatizaram não só o patrimônio público das estatais, mas financiaram sua aquisição pelos empresários com dinheiro dos trabalhadores, via BNDES. Ou seja, os recursos do trabalho financiaram o desemprego, já que, por exemplo, só a telefonia privatizada já demitiu 18.000 trabalhadores. Além disso, eliminou direitos sociais previstos na Constituição e, por acordo com o FMI, subordinou de uma vez o país aos interesses do mercado financeiro globalizado.

Agora, pelo estilo que vimos nos últimos quatro anos, FHC não está conseguindo governar com a mesma desenvoltura, embora continue governando pela emissão descontrolada de "medidas provisórias", uma versão modernizada dos antigos decretos-lei da ditadura militar. E isso está acontecendo graças à ação dos próprios aliados da base de sustentação política do governo, a dupla PFL-PMDB e o decorativo PSDB. Desde o início do ano não passa uma semana sequer sem que os "aliados" provoquem problemas para FHC. Parece até que criaram duas CPIs, a do Poder Judiciário e a do sistema financeiro, para melhor fustigar o governo - sucedem-se a divulgação dos grampos telefônicos com revelações sobre a forma irresponsável de condução

das privatizações, os mecanismos de transferência de recursos públicos para bancos privados (casos dos bancos Marka e Fonte-Cindam) e até a suspeita de envolvimento do próprio palácio do Planalto e políticos aliados nas licitações fajutas de obras do Poder Judiciário em São Paulo. Ao mesmo tempo, os mesmos partidos aliados começam a lançar candidatos a presidente em 2002! ACM, Covas, Jader Barbalho... todos os aliados, representantes da elite de sempre, agindo como se o governo estivesse acabando.

Enquanto "eles mesmos" tiram seus cadáveres do armário, para os movimentos sociais cresce o risco de radicalização generalizada, ameaçando a integridade de direitos individuais, sociais e políticos.

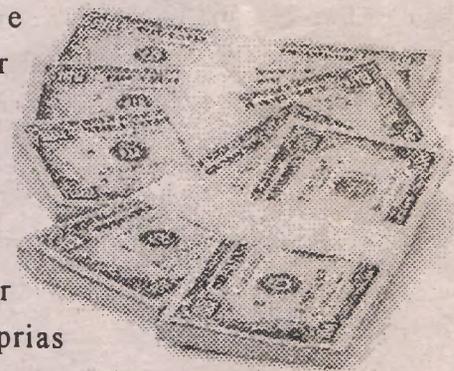
Um exemplo é o que está acontecendo com o movimento dos trabalhadores rurais sem-terra, o

movimento social mais forte no questionamento do modelo econômico concentrador das riquezas no Brasil. O MST tem enfrentado no Paraná a ação militar mais violenta,

sistemática e sem tréguas dos últimos tempos: mortes, prisões, perseguições, escuta telefônica e destruição de acampamentos estão acontecendo no oeste daquele estado. Ações do mesmo tipo acontecem em São Paulo e no norte do país, onde trabalhadores rurais continuam sendo assassinados, sem que, como sempre, se encontre culpados.

Depois de quatro anos de uma ação política governamental baseada na arrogância, vaidade, indiferença, e frivolidade começa a pairar no ar a sensação de que um governo acossado por suas próprias contradições, acabe tentando descambar para a ditadura de uma vez.

"Na privatização, os recursos dos trabalhadores financiaram o desemprego."





TRIBUNAL DA DÍVIDA EXTERNA

SOCIEDADE CIVIL BRASILEIRA CONDENA O PAGAMENTO DA DÍVIDA

Realizou-se nos dias 26, 27 e 28 de abril, no Teatro João Caetano, no Rio de Janeiro, o Tribunal da Dívida Externa. Convocado por várias entidades da sociedade civil, entre as quais a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), O Conselho Nacional de Igrejas Cristãs (CONIC), Instituto dos Advogados Brasileiros (IAB), Central de Movimentos Populares e o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST), o Tribunal reuniu mais de 1.300 pessoas, representantes de 21 estados da União e de outros países.

Ignorado pela grande imprensa do país, o Tribunal da Dívida Externa discutiu a dívida de forma ampla, e a relacionou com temas que fazem parte do dia a dia dos brasileiros: o acordo com o FMI, o corte dos investimentos sociais para pagar os juros das dívidas (interna e externa) e a entrega das estatais. O Tribunal teve como objetivos julgar o caso brasileiro da dívida externa e reforçar a Campanha do Jubileu 2000 (conhecido em algumas igrejas na Região da Leopoldina) em favor do cancelamento da dívida dos países de baixa renda e mais endividados.

Após conhecer amplo e múltiplo material documentado, ouvindo depoimentos e testemunhos de brasileiros e especialistas de outros países, o Tribunal chegou ao seguinte veredicto:

Que a dívida já foi paga e na forma que está sendo cobrada é impagável;

"Para poder pagar a dívida externa, o governo brasileiro está utilizando parte do orçamento, e assim abandonando as políticas sociais."

Que a dívida brasileira aumentou de US\$ 148 bilhões em fim de 1994 para US\$ 235 bilhões em novembro de 1998, e no mesmo período foram pagos cerca de US\$ 126 bilhões. Os novos contratos são para receber novos empréstimos para pagar a própria dívida, assim criando um círculo vicioso.

Que o dinheiro público está sendo utilizado para pagar as dívidas de grandes empresas e bancos que contraíram dívidas;

Que, dessa forma, para poder pagar a dívida externa, o governo brasileiro está utilizando parte do orçamento, e assim abandonando as políticas de saúde, de educação, de emprego, de moradia popular, da valorização dos idosos e crianças, de realização da reforma agrária, de conservação e recuperação do meio ambiente;

Que a dívida externa foi gerada principalmente nas últimas três décadas, marcadas por 21 anos de ditadura. Neste sentido, este endividamento foi constituído por governos ditatoriais, e portanto ilegítimos e antipopulares, e esses governos da ditadura tinham consciência dos riscos que implicavam estes empréstimos;

Que a dívida externa constitui violação continuada do Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, fixado pela Organização das Nações Unidas em 16/12/66, que exige o

reconhecimento do direito de cada nação à autodeterminação, ao desenvolvimento econômico bem como à livre disposição das suas riquezas e recursos naturais, e ainda que, em caso algum poderá um povo ser privado dos seus próprios meios de subsistência.

DECISÃO DO TRIBUNAL

A dívida externa brasileira, por ter sido constituída fora dos marcos legais nacionais e internacionais, e sem consulta à sociedade, por ter favorecido quase exclusivamente as elites em detrimento da maioria da população, e por ferir a soberania nacional, é injusta e insustentável ética, jurídica e politicamente. A dívida já foi paga e persiste apenas como um mecanismo de submissão e escravização da sociedade ao poder financeiro, e de transferência da riqueza para os credores. Por isso, este Tribunal condena o processo do endividamento brasileiro, que implica na subordinação aos interesses do capital financeiro internacional e dos países ricos, apoiados pelos organismos multilaterais, como injusto e ilegítimo. Responsabiliza os governos e políticos que apoiam e promovem o projeto de inserção subordinada do Brasil à economia globalizada.

O TRIBUNAL PROPÕE

Pela auditoria da dívida pública externa, com a participação ativa da sociedade civil para verificar se ainda existe a dívida;

Por uma moratória soberana, pelo rompimento do Acordo com o FMI;

Pela renacionalização e democratização de empresas estratégicas;
Pela renegociação das dívidas dos estados e municípios, propondo que os recursos poupados sejam investidos nas necessidades básicas da população, ou seja, no resgate das dívidas sociais e ambientais.

Conclama por isso os brasileiros e brasileiras a participarem com esperança e sem medo das iniciativas que dele irão brotar, e continuarem de pé, nas ruas e praças, até conseguirmos que o Brasil seja de verdade uma pátria para todos, e que todos tenham condições de vida digna e de plena realização de cidadania.

Observação: Este artigo foi uma adaptação do texto "O Tribunal da Dívida Externa do Rio de Janeiro. A dependência no banco dos réus". Este texto localizado na Resenha da Internet, do 13/05/99. Para indicar amigos interessados em receber a "Resenha", escreva para abp@ax.apc.org.



Orçamento Participativo do Rio de Janeiro

A hora de fazer valer uma conquista de cidadania



Uma das propostas do governo Garotinho, que assumiu em janeiro deste ano, é a implantação do orçamento participativo (OP) no Estado, uma prática de definição do uso dos recursos públicos com a participação da sociedade. Há vários anos que o orçamento participativo já vem sendo implantado em vários municípios brasileiros. Inicialmente conhecido como uma marca de administrações municipais do PT, o orçamento participativo vêm acontecendo também em cidades governadas por outros partidos, como PDT, PSDB e PFL.

Veja aqui como está funcionando a proposta no Rio de Janeiro e saiba como participar.

No governo do Rio, os primeiros passos para introduzir os mecanismos que permitirão a participação da sociedade fluminense nos debates que definirão a aplicação do dinheiro público já no próximo ano vem sendo dados pela Secretaria de Planejamento do Estado, sob responsabilidade de Jorge Bittar. Desde maio vêm acontecendo reuniões e Plenárias Regionais em várias regiões do Estado do Rio de Janeiro em que os representantes do governo falam dos objetivos do Orçamento Participativo Estadual, mostram como ele funciona, procurando mobilizar a população, que discute e responde a questionários que detectam suas principais reivindicações de investimentos públicos. O prazo é curto: os debates ocorrerão até agosto, já que em setembro o governo estadual deve apresentar para a Assembleia Legislativa a proposta orçamentária do ano 2.000.

Os responsáveis pela implantação do orçamento participativo no Estado partem da idéia de que "não basta reclamar ou ter boas idéias para acabar com os problemas de sua região. O cidadão tem que participar das decisões do Governo para a melhoria de sua qualidade de vida". Para eles, "o orçamento anual - até hoje feito por técnicos deixará de ser uma 'peça de ficção' e se transformará em um instrumento democrático e transparente". Por isso, o debate sobre as prioridades da ação do governo e a definição da aplicação dos recursos públicos tem que seguir alguns princípios: "transparência das informações, inclusão da pluralidade de interesses e acordo sobre as regras do jogo".

Segundo Ronaldo Macedo, Sub-secretário Adjunto da Secretaria Estadual de Planejamento, "a participação da população tem ido além da expectativa, já que o projeto está sendo implantado agora o governo está em seu primeiro ano e há uma dificuldade de chegar à população. Ainda de acordo com o sub-secretário, "nas regiões onde já ocorreram plenárias, chapas que se formaram tinham uma composição social aberta, com representantes de diferentes grupos sociais e várias categorias profissionais."

Para cumprir os prazos legais até setembro, todo o processo de participação dos cidadãos na elaboração, definição e execução do Orçamento estadual obedece a um determinado calendário. Assim, entre maio e julho, estão acontecendo as Plenárias Regionais e Temáticas que coletam as demandas da sociedade e elegem os Conselhos.

A Plenária da Zona da Leopoldina está prevista para o dia 19 de julho.

É nesta plenária que os moradores da região poderão preencher o formulário indicando as necessidades de seu bairro ou comunidade e eleger seus representantes para os Conselhos Regional, Temático e Estadual.

Entre junho e julho, os Conselhos Regionais e Temáticos sistematizam as demandas que vieram das Plenárias. Em julho e agosto, o Conselho Estadual, junto com o Governo Estadual define a matriz orçamentária ou seja as principais necessidades indicadas em todo este processo. Entre agosto e setembro, o Governo Estadual encaminha mensagem da Proposta Orçamentária do ano 2.000 à Assembleia Legislativa. A partir de janeiro, os Conselhos acompanham a execução do orçamento aprovado, a partir da publicação do Plano de Investimentos.

OP: uma idéia que veio para ficar

Agora, com a eleição dos novos governos estaduais, a perspectiva é que o orçamento participativo seja adotado em vários estados, como Maranhão, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Mato Grosso do Sul e Rio de Janeiro, ampliando as experiências municipais, feitas até hoje, como em Porto Alegre-RS e Campinas-SP.

Além de ter sido uma promessa de campanha nas últimas eleições estaduais, o orçamento participativo representa uma maior democratização do estado na definição de prioridade do investimento público, mesmo sendo exercido sobre apenas 20% do orçamento total, como no caso do Rio de Janeiro. De qualquer forma, o processo participativo tem contribuído para que o orçamento público deixe de ser uma peça de ficção, passando a exprimir mais as necessidades da sociedade e menos a manipulação fisiológica dos recursos públicos por políticos sem compromisso com o eleitorado.

No município do Rio de Janeiro, a participação da população na elaboração do orçamento está ainda longe de ser uma realidade. Desde que se formou em fins de 1995, o Fórum Popular Orçamento, que reúne várias entidades civis, vem lutando pela democratização do orçamento municipal. Foi por isso que o Fórum denunciou remanejamento de verbas no orçamento da cidade, como aconteceu após as enchentes de 96. Ao mesmo tempo, o Fórum tem pressionado o governo municipal a cumprir os gastos sociais previstos no orçamento. No início de maio representantes do Fórum se reuniram com o Prefeito Luis Paulo Conde, que pediu que o Fórum apresentasse uma proposta de discussão do processo orçamentário envolvendo a sociedade, o Poder Executivo e o Poder Legislativo. "O orçamento participativo é o melhor instrumento da cidadania", disse o prefeito.

COMO FUNCIONA O ORÇAMENTO PARTICIPATIVO DO ESTADO DO RIO

Para colocar em prática o Orçamento Participativo, o governo estadual está promovendo Plenárias Regionais e Plenárias Temáticas. Mas como funcionam cada uma destas plenárias? Quem participa? Quais são as regras? O CEPEL entrou em contato com o Secretaria de Planejamento e adianta para o leitor do SINAL algumas informações sobre o funcionamento do Orçamento Participativo Estadual.

1. O que são as Plenárias Regionais?

São as reuniões onde acontecem os debates das questões locais. Cada plenária regional reunirá as populações dos Municípios da Região, os representantes dos Governos Municipais da Região e os representantes do Governo Estadual. Como o Estado foi dividido em 18 Regiões, ao todo ocorrem 18 plenárias regionais. A área metropolitana do município do Rio de Janeiro, está dividida em cinco sub-regiões, sendo que cada uma vai ter uma plenária. Os bairros da Leopoldina fazem parte da sub-região da Zona da Leopoldina que inclui também os bairros de Inhaúma, Irajá, Ilha do Governador, Anchieta e Pavuna.

2. De que forma as pessoas presentes nas plenárias podem participar?

Nestas reuniões regionais, cada cidadão ou cidadã participante preenche um formulário, indicando suas demandas - ou seja os serviços ou obras que devem ser realizados no local onde vive. Além disso, vota em seus representantes para os Conselhos Regional, Temático e Estadual. Os candidatos a representantes devem estar organizados num chapa completa.

3. Qualquer pessoa pode se candidatar para ser representante nestes conselhos?

Qualquer cidadão maior de 16 anos presente à Plenária pode se candidatar. Só não podem se candidatar aqueles que tem mandatos eletivos ou cargo em comissão na Administração Pública. Na plenária regional, durante o período de pronunciamento da população, o candidato deve registrar sua candidatura numa chapa.

4. Quanto tempo dura o mandato destes representantes?

Um ano, podendo se candidatar mais uma vez.

5. E o que é preciso para ter uma chapa completa?

Cada chapa deve ter um determinado número candidatos ao Conselho Regional, sendo que este número deve ser sempre proporcional à população da região (a zona da Leopoldina tem direito a 28 vagas no Conselho Regional do Município). Deve também ter quatro candidatos para o Conselho Temático (um para cada tema); e ainda um candidato ao Conselho

6. Quando acontece a votação?

Ela acontece no dia da Plenária Regional após o período de pronunciamentos da população.

7. Como se dá a apuração dos votos?

As chapas que receberem mais de 20% dos votos válidos elegerão para o Conselho Regional parcelas de seus componentes na proporção dos votos recebidos. Para os Conselhos Temáticos, são eleitos os candidatos das chapas mais votadas, sendo que aquela mais votada escolhe o tema de sua preferência e assim por diante, sempre respeitando a ordem de votação. E para o Conselho Estadual são eleitos os candidatos das três chapas mais votadas.

8. Para que servem as Plenárias Temáticas?

É lá que se discute questões de interesse global e as demandas temáticas que deverão indicar metas e diretrizes setoriais. Estas demandas são encaminhadas aos Conselhos Temáticos. São considerados quatro grandes grupos de temas: Saúde (prevenção, hospitalização e fiscalização), Educação (ensino fundamental, médio e profissionalizante), desenvolvimento econômico (trabalho, renda e desenvolvimento local); infra-estrutura urbana (habitação, saneamento e transporte)

9. Quem participa das Plenárias Temáticas?

Elas são formadas por um representante de cada Plenária regional ou de sub-região (no caso por exemplo, do município do Rio que tem cinco sub-regiões), dois representantes do Governo Estadual, além de representantes de entidades temáticas.

10. O que é uma entidade temática?

Para ser considerada entidade temática, a entidade deve estar constituída há mais de dois anos para atuar nas questões ligadas ao tema. Os conselhos estaduais e municipais, criados por lei, os conselhos de registros profissionais e entidades sindicais não precisam necessariamente obedecer a esta regra.

11. A Plenária temática também elege representantes para o Conselho Estadual?

Sim. Na Plenária Temática, os presentes votam nos candidatos inscritos. São eleitos os três candidatos mais votados.



6 V CONFERÊNCIA DISTRITAL DE SAÚDE DA AP.3.1

Leopoldina e Ilha do Governador debatem propostas para velhos problemas de saúde da região.

Com o tema central "Saúde e Desenvolvimento Integrado Local", estará acontecendo nos dias 18 e 19 de junho, a V Conferência Distrital de Saúde da AP3.1, no Auditório da Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP/Fiocruz). O evento, que reunirá dirigentes, profissionais e usuários dos serviços de saúde, é uma promoção do Conselho Distrital de Saúde da AP3.1 (Leopoldina e Ilha do Governador). Os participantes farão a eleição dos novos componentes do Conselho para o biênio 2000/2001, que deverão eleger a nova direção no próximo mês de setembro, e os representantes para as conferências de saúde do município (julho) e do estado (agosto). É a seguinte a programação:

Dia 18/06 (sexta-feira)

Abertura (de 09:00 às 09:30h)

Sr. José Carlos de Souza – Presidente do Conselho Distrital de Saúde da AP 3. 1.

1ª Mesa: Saúde e Meio Ambiente (de 09:30 às 11:00h)

Coordenador: Sr. José Carlos de Souza - Presidente do CDS-AP3.1

Debatedores: Dr. Gilson Cantarino – Secretário Estadual de Saúde

Dr. Ronaldo Gazolla – Secretário Municipal de Saúde

Dr. Alexandre Cardoso – Secretário Estadual de Saneamento e Recursos Hídricos

Dr. Maurício Lobo – Secretário Municipal de Meio Ambiente

Representante do Segmento dos Profissionais de Saúde

Professor Victor Vicent Valla – Representante do Segmento dos Usuários

2ª Mesa - Promoção da Saúde da Família e Ciclo de Vida (de 11:00 às 12:30h)

Coordenadora: Mariza M. C. Nascimento – Representante do Segmento dos Usuários

Debatedores: Maria de Fátima Lobato Tavares – Diretora do CSEGSF/ENSP

Dr. Fernando Pires / Museu da Vida

Dr. Mário Sayeg – Saúde do Idoso

Dr. Cândido Espineira Filho – Abrigo Cristo Redentor

Dr. Alberto José de Araújo / Saúde do Adulto (Trabalhador)

Almoço (de 12:30 às 14:00h)

3ª Mesa: Integração no Sistema Saúde Local e Modelo de Gestão (de 14:00 às 15:30h)

Coordenador: Nereu Lopes – Vice Presidente do CDS-AP3.1

Debatedores: Dr. Paulo Marchiori Buss – Diretor da ENSP/Fiocruz

Dra. Wanda Silveira C. Queiroz – Coordenadora da AP.3.1

Dr. Benedito Meireles – Diretor do Hospital de Bonsucesso

Dr. Jairo Calado – Diretor do Hospital Universitário/UFRJ (Fundão)

Dra. Selene Maria R. Bezerra – Diretora do Hospital Getúlio Vargas

4ª Mesa: Política de Medicamentos (de 15:30 às 16:30h)

Coordenador: Dr. Brivaldo Queiroz – Diretor do PAM Ramos

Debatedores: Representante do Ministério da Saúde

Representante da Secretaria Estadual de Saúde – Superintendência de Serviços de Saúde

Representante da Secretaria Municipal de Saúde – Superintendência de Serviços de Saúde

5ª Mesa: Política de Recursos Humanos (de 16:30 às 18:30h)

Coordenadora: Arlene G. Gomes – Representante do Segmento dos Profissionais da Saúde

Debatedores: Dra. Ana Teresa da Silva P. Camargo – Representante do Ministério da Saúde

Representante da Secretaria Estadual de Saúde

Representante da Secretaria Municipal de Saúde

Deputado Paulo Pinheiro – Representante da Comissão de Saúde da Assembléia Legislativa RJ

Vereadora Ana Lipke – Representante da Comissão de Saúde da Câmara Municipal

Dia 19/06 (sábado)

- de 09:00 às 12:00h - Trabalhos de Grupos

- de 12:00 às 14:00h - Almoço

- 14:00h - Plenária (apresentação dos relatórios dos grupos e discussão)

- de 16:00 às 17:00 - Escolha dos representantes dos segmentos (usuários e profissionais de saúde) por região administrativa e unidades de saúde para o mandato 2000/2001 do Conselho Distrital de Saúde da AP3.1, e Conferências de Saúde Municipal (julho) e Estadual (agosto).

- de 17:00 às 18:00h - Apresentação dos representantes.

Conferência de Saúde:

cara a cara com a arrogância

(Mariza Maria Conceição do Nascimento)

A Leopoldina tem uma história de luta junto ao movimento pela saúde, desde os tempos do GEL (Grupo Executivo Local) nos anos 80.

Atualmente, a participação da população nestes movimentos tem se esvaziado, graças à arrogância do poder público, que não segue os encaminhamentos feitos pela comunidade nas reuniões do Conselho Distrital de Saúde da AP3.1.

Esse mesmo povo que serve para eleger e dar poderes, não é respeitado na hora de decidir, onde e como se deve gastar o dinheiro pago pelos seus impostos.

Os programas e projetos para a AP3.1 têm sido implantados na base de interesses políticos partidários às vésperas das eleições. Isto é tão violento quanto a Guerra na Iugoslávia e, mesmo assim, ainda dizem que a violência é coisa de favelados.

Muitas propostas já feitas em Conferências anteriores continuam sem solução: a unidade de saúde do Complexo do Alemão, uma luta que está completando dezoito anos, a implantação de uma maternidade de alto risco na AP3.1, que poderia ser implantada no Hospital Universitário, os serviços de emergência, o funcionamento integrado das unidades de saúde da região (a referência e a contra-referência), assim como muitas outras que também têm suas histórias de luta e também de cansaço, por falta de respostas. Enquanto isto, mulheres e crianças morrem sem atendimento por falta de vagas nas já superlotadas maternidades públicas.

Não podemos fechar os olhos nem cruzar os braços diante de tanta arrogância. Vamos aproveitar a presença das autoridades na V Conferência Distrital de Saúde e façamos juntos a cobrança.

Participe da Conferência e faça valer a sua voz. Isto é CIDADANIA.



Denise Oliveira

A FORÇA PARA SUPERAR PRECONCEITOS E OUTROS OBSTÁCULOS

O CEPEL esteve no Morro da Baiana e colheu o depoimento do jovem Wagner Jorge, portador de deficiência física, que está fazendo muito sucesso com poesias. Ele mandou o seguinte recado para os nossos leitores.

Meu nome é Wagner e sou portador de deficiência física. Aos 6 anos entrei para a escola, a matéria que mais gostava, e ainda gosto é matemática, por incrível que pareça.

Sempre estudei em escola pública, e a minha primeira professora, dona Emília, me deu muita força e a turma toda ajudava - as meninas me levavam para beber água e os meninos para ir ao banheiro.

Tive uma infância feliz e normal, até que em 1998, resolvi escrever meu primeiro poema, "Estudando Você", pensando em participar do programa "Concurso de Paródias que passava no SBT - bem, acabei não participando do programa.

Jamais pensei que iria fazer tanto sucesso e acabei gostando da idéia de ser poeta. Recebi muito apoio da minha família, da minha professora itinerante e da equipe do Instituto Helena Antipoff.

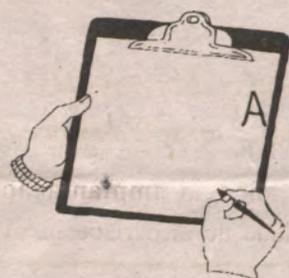
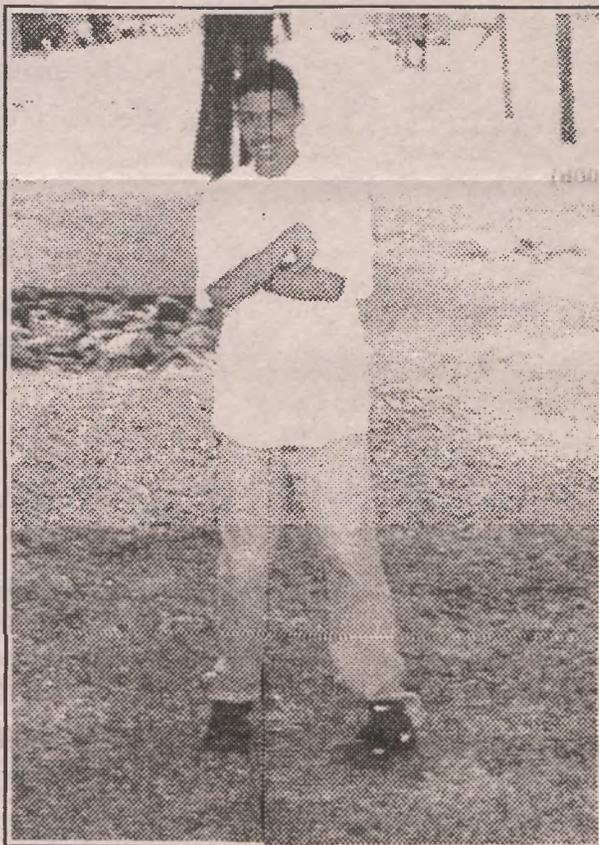
Como a poesia "Estudando Você" fez muito sucesso, a equipe do Instituto pediu que eu escrevesse outras, e me auxiliou na montagem do livro "O Poeta". Este livre foi apresentado na IX Bienal do Livro, realizada em abril/maio de 1999. O livro também vai ser exposto na UERJ, mas

ainda não tem data definida. Ainda não foi possível encontrar uma editora interessada em publicá-lo.

Tenho outros projetos. Pretendo escrever um livro contando minha infância, as dificuldades e o preconceito (sofri duas discriminações - a primeira foi na 2ª série, quando a professora me reprovou três vezes, e a outra foi no grupo de escoteiros, onde não fui aceito). Porém, acabei indo para o judô, chegando até a faixa amarela, e só parei por causa do horário escolar.

Hoje estou na 8ª série, na Escola Padre Manoel da Nóbrega e faço o curso preparatório Santos Filho, para o 2º Grau. Gostaria de ser médico ou fisioterapeuta.

Gostaria muito de dizer às pessoas que, se você tem um sonho a realizar, não pode cruzar os braços e esperar ele chegar. Você tem que lutar e fazê-lo acontecer. Estou muito orgulhoso de ter mostrado aos outros deficientes que somos seres humanos iguais a todos, e que temos as mesmas chances de vencer. Basta apenas querer.



A CAPACIDADE DE UM PORTADOR DE DEFICIÊNCIA

*A capacidade de um cego
você não saberá dizer, mas
eu sei, ele ama sem precisar ver.*

*A capacidade de um mudo
você não saberá dizer,
no entanto, eu lhe responderei,
ele diz que lhe ama em um
simples olhar.*

*A capacidade de um surdo
você não saberá dizer, pois
eu sei lhe responder: ele é
sensível como a flor, por isso
precisa de amor.*

*A capacidade de um paralítico
você não saberá dizer, mas eu
sei lhe responder: ele não pode
andar, pois então vive a lhe esperar.*

*A capacidade de um deficiente físico
não está no falar nem no
andar e sim no sentir um
amor diferente que só um
deficiente pode sentir.*

(Wagner Jorge)





Semana da Cidadania

Com o tema "JUVENTUDE SEM SONHO, PAÍS SEM FUTURO", aconteceu entre os dias 14 e 21 de abril, a Semana da Cidadania promovida pela Pastoral da Juventude da Igreja Bom Jesus da Penha. Estiveram presentes várias entidades da Leopoldina, que mostraram um pouco do seu trabalho. Entre elas estavam: CRESAM, SEMENTINHA, CEPEL, GRUPO TORTURA NUNCA MAIS, CONSELHO TUTELAR DA INFÂNCIA, entre outros. Além da exposição do trabalho destas entidades, houve teatro na rua e recolhimento de alimentos, exposições itinerantes e muito esporte.



Orfeu em Vigário Geral

No dia 09 de maio, a comunidade de Vigário Geral foi palco de uma agitação especial, organizada pelo Afro Reggae Produções Artísticas. O filme Orfeu, em cartaz nos grandes cinemas da cidade, foi exibido na comunidade, num telão colocado no pátio do CIEP.

Foi a primeira vez que um filme recém lançado chegou a uma comunidade, sendo exibido com a mesma qualidade das melhores salas do país. A apresentação do filme faz parte do Projeto "Orfeu nas Favelas", promovido pelas produtoras do filme e pelo diretor Carlos Diegues, contando com o apoio da Prefeitura da Cidade.

O evento teve a participação do diretor e do elenco do filme, inclusive o protagonista Toni Garrido, vocalista da banda Cidade Negra. Estiveram presentes também o cantor Caetano Veloso e a atriz Regina Casé, padrinhos da banda Afro Reggae.

Após a exibição do filme, a banda Afro Reggae deu um show que contou com a participação de Toni Garrido e Caetano Veloso. E a festa ainda continuou com a apresentação dos rappers Mr. Catra, MV Bill e Mr. Zoy.



Toma lá, dá cá

"Os bancos foram os maiores doadores da campanha do presidente Fernando Henrique Cardoso, com uma contribuição total de R\$ 11.504 milhões. A soma equivale a 26,73% dos fundos levantados pelo comitê de reeleição.

No primeiro mandato de FHC, as instituições financeiras viveram anos de prosperidade, segundo balanços divulgados pelo Banco Central, e escaparam dos impostos, segundo a Receita Federal.

A soma do patrimônio líquido (dinheiro investido nos bancos por seus acionistas) do conjunto das 223 instituições financeiras mais do que duplicou no período, passando de R\$ 26.426 bilhões para R\$55,653 bilhões.

O acúmulo de patrimônio pelos bancos não foi acompanhado por crescimento proporcional no pagamento de impostos. O recolhimento de Imposto de Renda dos bancos cresceu 11,23% de 1994 para 1998, contra 60,1% das empresas não-financeiras.

Os bancos também ajudaram a financiar gastos de campanhas eleitorais para outros cargos (ao todo doaram R\$17.283 milhões), mas em nenhum deles sua contribuição foi tão expressiva quanto para a reeleição presidencial." (Folha de São Paulo, 06/06/99)

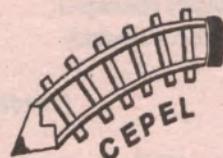


Rede de Educação Popular e Saúde lança boletim

Acaba de sair o primeiro número do boletim da REDE DE EDUCAÇÃO POPULAR E SAUDE. Organizada a partir de dezembro de 1998, a Rede sucedeu a Articulação Nacional de Educação Popular em Saúde. Entre outras atividades, está preparando um Curso de Especialização de Educação e Saúde, edita o boletim de circulação nacional, mantém lista de discussão <redpopsaude@onelist.com> e mantém sua própria home page <http://www.members.xoom.com/redpopsaude> pela Internet.

Contatos com Graça pelo telefax (021)269-7453 e Eduardo Navarro Stotz pelo e-mail <enstotz@ax.apc.org>.

CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS DA LEOPOLDINA



Av. Brasil 4036, sala 907
Manguinhos
Cep: 21040-360
Tel/Fax: 590 1998
E-mail cepel@uol.com.br
Rio de Janeiro

IMPRESSO

SE

Sinal NO

Se você gostou do SINAL, faça uma assinatura. Você estará contribuindo para a continuidade deste trabalho. Assinatura anual: R\$ 10,00.

NOME: _____

PROFISSÃO: _____

ENDEREÇO: _____

TEL: _____

BAIRRO: _____

CEP: _____

CIDADE: _____